



26863086



08016.001893/2024-29



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

PERFIL DESEJAVEL PARA A FUNÇÃO DE CORREGEDOR(A)-GERAL

DO CARGO OU FUNÇÃO	
Nome do Cargo ou Função	CORREGEDOR(A)-GERAL
Nível do Cargo ou Função	FCE 1.15
Órgão de atuação	SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS
DAS RESPONSABILIDADES	
Principais responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elaborar manuais de correição e disciplina, bem como realizar correições e inspeções ordinárias e extraordinárias;</li><li>• indicar os membros para compor as comissões apuratória e verificar a regularidade dos trabalhos por elas realizados;</li><li>• dirigir, planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades correcional e disciplinar no âmbito da Secretaria Nacional de Políticas Penais;</li><li>• definir, avaliar e executar critérios, métodos e procedimentos para a atividade de investigação disciplinar;</li><li>• solicitar a órgãos, entidades públicas, pessoas físicas ou jurídicas informações e documentos necessários à instrução dos processos correccionais;</li></ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• requisitar, no interesse da atividade correcional, dados, informações, registros e documentos contidos em sistemas e arquivos da Administração Pública;</li><li>• informar ao Secretário das reclamações acerca das deficiências ou irregularidades no âmbito do Sistema Penitenciário Federal, sugerindo soluções;</li><li>• acompanhar e monitorar a conduta dos servidores e os procedimentos relativos à correição e à disciplina;</li><li>• acompanhar o andamento de ações judiciais relativas às atividades;</li><li>• examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais, bem como promover sua apuração, atendidos os requisitos legais;</li><li>• instaurar, analisar e instruir os procedimentos administrativos disciplinares, no âmbito de sua competência;</li><li>• instaurar, de ofício, sindicâncias investigativas ou preparatórias e realizar inspeções e correições;</li><li>• submeter ao Secretário relatório opinativo sobre as conclusões alcançadas pelas comissões disciplinares, para decisão da autoridade competente;</li><li>• implementar as diretrizes para as ações de correição, observadas as orientações do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.</li><li>• assistir ao Secretário nos assuntos de competência da Corregedoria-Geral;</li><li>• orientar os dirigentes da sede e das unidades descentralizadas quanto à interpretação e ao cumprimento da legislação pertinente;</li><li>• apoiar e incentivar a implantação e o funcionamento de corregedorias nos sistemas penitenciários nas unidades da federação;</li><li>• promover a execução das atividades, ações e operações correlatas à área sob sua responsabilidade;</li><li>• fornecer dados ao Secretário para que este preste as informações solicitadas pelo Poder Judiciário e órgãos de controle interno e externo; e</li><li>• capacidade de liderança de equipe e Gestão de Pessoas.</li></ul>
<b>Escopo de Gestão/Equipe de Trabalho</b>	Compete à Corregedoria coordenar atividades de fiscalização, inspeção e correição. A equipe necessária para o desenvolvimento dessa tarefa deve ser composta por 01 serviço de apoio administrativo e cartorial, 01 (uma) divisão, 1 (uma) coordenação e suas respectivas estruturas. O objetivo é disseminar procedimentos de controle, integridade e correição, garantindo o cumprimento da legislação vigente e de regras internas, mediante orientação, prevenção e tratamento dos desvios de condutas ou práticas ilegais. A permanência na função de titular da unidade correcional será de dois anos

consecutivos, podendo este prazo ser prorrogado, até duas vezes, por igual período.

## DOS CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS

<p><b>Critérios Gerais</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021 (Regulamenta a Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019);</li> <li>Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais);</li> <li>Art. 71 e art. 72 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal;</li> <li>Artigos 7 a 22 da Portaria Normativa CGU N.º 27, de 11 de outubro de 2022 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto n.º 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional do órgão e entidade do Poder Executivo Federal;</li> <li>Art. 8º do Decreto Nº 5.480, de 30 de junho de 2005 – Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências;</li> <li>Art. 31 a 37 do Decreto nº 11.348, de 1º de janeiro de 2023 (Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e remaneja cargos em comissão e funções de confiança).</li> <li>Portaria 199, de 09 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno da SENAPPEN), e</li> <li>Portaria 1411, de 25 de novembro de 2021 (Delega e subdelega competências aos dirigentes do Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Presidente da Fundação Nacional do Índio, e dá outras providências).</li> </ul> <p><b>Gerais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>idoneidade moral e reputação ilibada;</li> <li>perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo em comissão ou com a função de confiança para o qual tenha sido indicado; e</li> <li>não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.</li> </ul>
<p><b>Critérios específicos</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>possuir experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;</li><li>• possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função; ou</li><li>• ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da Justiça, com carga horária mínima de cento e vinte horas.</li></ul>
<b>DOS REQUISITOS DESEJÁVEIS</b>	
<b>Formação e Experiência Desejáveis</b>	<p><b>Formação:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Formação acadêmica compatível com o cargo, realizada em instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC, preferencialmente, em Direito;</li><li>• Especializações, preferencialmente, nas áreas voltadas para Direito Administrativo, Constitucional, Penal ou Processo Penal;</li><li>• Ser servidor de carreira da Secretaria Nacional de Políticas Penais ou integrante da carreira de Finanças e Controle.</li></ul> <p><b>Experiência:</b></p> <p>Possuir experiência profissional de, no mínimo, dois anos em uma das seguintes áreas:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• atuação em atividades de correição e disciplina;</li><li>• atuação em atividades de estudos, legislação e emissão de pareceres;</li><li>• atuação em atividades de apoio administrativo e cartorial, e</li><li>• ter realizado ações de desenvolvimento de liderança na SENAPPEN.</li></ul>
<b>Competências Desejáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Habilidade para planejar;</li><li>• Liderança e Gestão de Equipes;</li><li>• Persuasão e Negociação;</li><li>• Senso de análise;</li><li>• Resolução de Problemas;</li><li>• Comunicação;</li><li>• Relacionamento Interpessoal, e</li><li>• Inovação e Gestão da Mudança.</li></ul> <p><b>Competências Técnicas</b></p>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Capacidade de investigar, apurar e identificar infrações funcionais;</li><li>• Capacidade de elaboração de estudos, legislação e pareceres;</li><li>• Coordenação de correição e disciplina;</li><li>• Gestão administrativa e cartorial;</li><li>• Governança e Gestão de Pessoas;</li><li>• Comunicação Institucional;</li><li>• Conformidade e Transparência</li><li>• Planejamento de Ações;</li><li>• Percepção Tecnológica, e</li><li>• Elaboração de proposições normativas e legais.</li></ul>
<b>Outros Requisitos Desejáveis</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cursos na temática de atuação da SENAPPEN;</li><li>• Experiência em áreas meio que possam auxiliar no desenvolvimento das atividades no setor público, bem como experiência em áreas finalísticas relacionadas aos programas e ações de competência da SENAPPEN;</li><li>• Conhecimento dos programas e ações de competência da SENAPPEN;</li><li>• Conhecimento jurídico;</li><li>• Conhecimento do ordenamento jurídico pertinente à atuação da SENAPPEN, e</li><li>• Conhecimento e/ou prática em atividades de planejamento.</li></ul>